



Boletim Oficial Eletrônico



Criado pela Lei n° 120/93 de 28/10/93 Publicado no Diário Oficial do Estado em 20/01/94
Decreto Municipal nº 113/2018 - Publicado no Boletim Oficial do Município de Camalaú em 10/07/2018

ATOS DO PODER EXECUTIVO

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ

EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: Registro de preços para aquisição de material odontológico, a fim de atender as demandas operacionais do município. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00024/2022. DOTAÇÃO: Registro de preços prescinde de dotação orçamentária, conforme Art, 7º, § 2º do Decreto nº 7.892/2013: "Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Camalaú e: CT Nº 00129/2022 - 23.08.22 até 23.08.23 - APOGEU CENTER COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMEN - R\$ 196.438,11; CT Nº 00130/2022 - 23.08.22 até 23.08.23 - DENTAL COSTA PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI - R\$ 180.869,31; CT Nº 00131/2022 - 23.08.22 até 23.08.22 - NOSSA DENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. - R\$ 123.700,00; CT Nº 00132/2022 - 23.08.22 até 23.08.23 - FATO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE INSTRUMENTOS CIRURGICOS - R\$ 363,00; CT Nº 00133/2022 - 23.08.22 até 23.08.23 - DENTAL HIGIX PROD. MED. HOSPITALARES - R\$ 11.259,20; CT Nº 00134/2022 - 23.08.22 até 23.08.23 - ODONTOMED T/A LTDA - R\$ 8.861,65; CT Nº 00135/2022 - 23.08.22 até 23.08.23 - MOGI MEDICAL EQUIPAMENTOS EIRELI - R\$ 3.821,00; CT Nº 00136/2022 - 23.08.22 até 23.08.23 - DENTAL CONCEITO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI - R\$ 114.083,95; CT Nº 00137/2022 - 23.08.22 até 23.08.23 - MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - R\$ 240.391,83; CT Nº 00138/2022 - 23.08.22 até 23.08.23 - RPC PRODUTOS E SERVICOS EIRELI - R\$ 10.570,00; CT Nº 00139/2022 - 23.08.22 até 23.08.23 - DISTRIBUIDORA AGUA BOA LTDA - R\$ 36.003,48. Camalaú-Pb, 13-09-2022.

Decreto do Executivo Municipal n.º 215/2022, de 14 de setembro de 2022.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GESTOR ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício do município de Camalaú, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, ao definir no seu artigo

público;

206, a gestão democrática do ensino

CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional, Art. 3º, VIII, que trata da gestão democrática no ensino público;

CONSIDERANDO o Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014, o Plano Municipal de Educação, Lei nº 470/2015, de 19 de junho de 2015 e Lei Municipal Nº 467/2014, no que tange a gestão democrática;

CONSIDERANDO as disposições presentes no parágrafo 1º do artigo 14 da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que estabelece,

como condicionantes de habilitação para o recebimento do VAAR (Valor Anual por Aluno Resultado) pelos municípios, o provimento do cargo ou função de Gestor Escolar, de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre os candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho;

CONSIDERANDO o compromisso das escolas e das famílias, e assim, a parceria com os diversos setores da sociedade civil e a intersetorialidade, para o desenvolvimento da educação municipal;

CONSIDERANDO o compromisso com a educação de qualidade social, inclusiva, democrática, participativa e alicerçada em direitos e valores humanos;

CONSIDERANDO o compromisso das escolas e das famílias, bem como a aliança e a parceria com os diversos setores da sociedade civil para o desenvolvimento da educação no Município;

CONSIDERANDO a necessidade de se escolher gestores escolares aptos a assumirem papéis de liderança nas Escolas do Sistema Municipal de Ensino comprometendo-se com o aprimoramento e o sucesso educacional do Município, do Estado e do País;

CONSIDERANDO que a participação da comunidade na gestão escolar é uma forma de atendimento ao preceito constitucional de gestão democrática;

CONSIDERANDO que a complexidade dos processos de gestão exige do gestor escolar conhecimentos e competências específicas, particularmente na condução das ações educativas no âmbito da escola, visando adequá-las às mudanças no que se refere ao cumprimento dos objetivos educacionais necessários ao desenvolvimento humano e social de cada indivíduo;

CONSIDERANDO a atual política de inclusão tecnológica e a necessidade de a gestão escolar, contribuir com as mudanças necessárias no âmbito da escola visando efetivar o uso das tecnologias

como instrumento pedagógico contribuindo de forma significativa para as diferentes aprendizagens;

CONSIDERANDO a importância de o gestor escolar assegurar na escola um ambiente educativo de respeito às diferenças, apoiado em valores plurais, acolhedor e positivo, como condição para promover a aprendizagem entre os estudantes, contribuindo significativamente para reduzir as desigualdades de aprendizagens;

CONSIDERANDO que o desenvolvimento das potencialidades pedagógica, administrativa do gestor escolar é condição para a consolidação de uma escola autônoma e comprometida com a melhoria da educação;

CONSIDERANDO a relevância da efetivação de uma gestão escolar democrática e participativa, com envolvimento dos diversos atores, particularmente os membros do Conselho Escolar e demais órgãos colegiados.

DECRETA

Art. 1º A investidura na função de gestor escolar do magistério público das unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino dar-se-á por designação e posse do Prefeito do Município, mediante a participação do candidato em processo seletivo realizado através de Edital publicado e divulgado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O processo seletivo tem como finalidade identificar um conjunto de competências profissionais relacionadas à gestão escolar.

§ 2º Serão considerados aptos a formarem a lista tríplice e exercerem a função de representação de gestor escolar, aqueles que obtiverem as 3 (três) melhores posições classificatórias no resultado do processo seletivo.

Art. 2º O gestor adjunto será escolhido pela Secretaria Municipal de Educação e nomeado através de portaria emitida e publicada pelo Prefeito do Município.

CAPÍTULO II DA COMISSÃO DO PROCESSO

Art. 3º Será criada uma Comissão Especial, por portaria do Secretário Municipal de Educação, para atuar na coordenação do processo seletivo.

Art. 4º A Comissão Especial, após a homologação do processo seletivo pelo Secretário Municipal de Educação, organizará a lista tríplice contendo os nomes dos classificados de 1º ao 3º lugar e o relatório geral do processo que será encaminhado ao Prefeito do Município.

Parágrafo Único. A lista tríplice com os nomes dos escolhidos a gestores escolares finalistas do pleito, terá validade de 2 (dois) anos, permitida a recondução, por igual período, após avaliação do desempenho a contar da publicação do ato de homologação de que trata o *caput* deste artigo.

CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO E DO PROCESSO SELETIVO

Art. 5º Poderá participar do processo seletivo para provimento na função de representação de Gestor Escolar, no âmbito das escolas públicas municipais, o candidato que satisfaça os seguintes requisitos:

I - possuir formação para o magistério, com Licenciatura Plena em qualquer área de atuação da Educação Básica, em curso superior concluído há, no mínimo, 05 (cinco) anos;

II - não ter sofrido sanção em virtude de processo administrativo disciplinar nos 3 (três) últimos anos anteriores à data do pleito;

III - não ter condenação em processo criminal, cuja sentença tenha sido transitada em julgado;

IV - ser profissional efetivo do magistério; e

V - estar adimplente com as prestações de contas relacionadas com os recursos financeiros repassados pelo Ministério de Educação (MEC) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Art. 6º O profissional do magistério que desejar participar do processo seletivo para provimento na função de representação de gestor escolar deverá inscrever-se para a seleção conforme regras estabelecidas no edital.

Art. 7º O processo de seleção realizar-se-á em duas etapas únicas, de caráter eliminatório e classificatório, consistente em análise curricular, com prova de títulos e entrevista.

§ 1º O(a) candidato(a) será avaliado(a) através dos títulos, sendo conferidos valores de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, distribuídos conforme estabelecido no Anexo Único deste Decreto.

§ 2º O currículo, acompanhado das comprovações, deverá ser entregue em data a ser estabelecida no edital.

§ 3º A classificação do candidato dar-se-á em ordem decrescente da pontuação final.

§ 4º Comporão a Lista Tríplice os 3 (três) primeiros candidatos que obtiverem a maior pontuação.

§ 5º A entrevista será realizada pela Comissão Especial de acordo com o Art. 3º e versará sobre experiência profissional do(a) candidato(a) e sua compatibilidade com as atribuições da função que irá exercer.

§ 6º Havendo empate, será considerado(a) vencedor(a) o candidato(a) que, preencher os seguintes critérios:

I - possuir mais tempo de serviço no Sistema Municipal de Ensino;

II - apresentar mais tempo de serviço na Unidade de Ensino onde estiver concorrendo;

III - possuir maior pontuação no currículo analisado, em experiência profissional como Gestor Escolar.

CAPÍTULO IV DO PROVIMENTO E VACÂNCIA DO CARGO

Art. 8º O mandato para exercer a função de representação de gestor escolar será por um período de 2 (dois) anos, permitida a recondução, por igual período, após avaliação de desempenho.

Art. 9º Na vacância da função de representação de gestor escolar, o Secretário de Educação designará gestor *pró-tempore*, a partir da lista tríplice.

Art. 10. Ocorrerá vacância da função de Gestor:

I - pelo término do período a que se refere o artigo 6º deste Decreto;

II - por renúncia;

III - por aposentadoria;

IV - por falecimento; e

V - por dispensa.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11. O gestor escolar, depois de designado, deverá assegurar o cumprimento de todas as diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O gestor escolar, no exercício de suas funções, será acompanhado com base nos indicadores de gestão e de eficiência estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 12. O gestor escolar que descumprir as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, constatado por meio de relatório circunstanciado, aprovado pelo Secretário de Educação, será dispensado da função por ato do Prefeito do Município.

Art. 13. A assembleia geral da escola, convocada pelo Conselho Escolar, por maioria simples dos seus integrantes, concluindo pela existência de motivos relevantes de suspeição pelo exercício irregular de atividades e de atos incompatíveis com a função pública de gestor, poderá solicitar ao Secretário Municipal de Educação o afastamento do gestor escolar, mediante apresentação de voto de desconfiança, sendo assegurados o contraditório e a ampla defesa ao gestor.

Art. 14. O Secretário de Educação, por portaria, publicará edital regulamentando o processo seletivo, contendo as regras a serem aplicadas pela Comissão de que trata o artigo 3º deste Decreto.

Art. 15. A relação das escolas municipais para seleção de gestor escolar será publicada no site da Prefeitura Municipal, <http://camalau.pb.gov.br>

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Camalaú – 14 de setembro de 2022.

**UBIRAJARA ANTÔNIO PEREIRA MARIANO
PREFEITO INTERINO**

ANEXO ÚNICO DISTRIBUIÇÃO DA PONTUAÇÃO POR TÍTULO

Item	Títulos	Valor Unitário	Pontuação Máxima
a)	Doutorado em gestão pública ou Administração Escolar, ministrado por Instituição de Ensino Superior, reconhecidos pelo MEC.	60	60
b)	Doutorado na área de Educação, ministrado por Instituição de Ensino Superior, reconhecidos pelo MEC.	55	
c)	Mestrado em gestão pública ou Administração Escolar, ministrado por Instituição de Ensino Superior, reconhecidos pelo MEC.	50	
d)	Mestrado na área de Educação, ministrado por Instituição de Ensino Superior, reconhecidos pelo MEC.	45	
e)	Especialização (Lato Sensu) na área de Educação, ministrado por Instituição de Ensino Superior, reconhecidos pelo MEC, com carga horária mínima de 360 horas.	40	
CURSOS E EXPERIÊNCIAS		Valor Unitário	Pontuação Máxima
f)	Curso de formação em gestão escolar, com no mínimo 24h.	30	40
g)	Curso de formação em gestão escolar, com no mínimo 16h.	25	
h)	Experiência profissional no cargo de Diretor (Gestor) Escolar – 04 (quatro) pontos por ano completo, até o limite de 05 (cinco) anos.	20	
i)	Experiência profissional docente comprovada – 02 (dois) pontos por ano completo, até o limite de 05 (cinco) anos.	10	
VALOR TOTAL			100

Gabinete do Prefeito de Camalaú – 14 de setembro de 2022.

**UBIRAJARA ANTÔNIO PEREIRA MARIANO
PREFEITO INTERINO**